

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.048 - RN (2018/0319967-4)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : WALISON CLEITON AVELINO DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADOS : MILENA DA GAMA FERNANDES CANTO E OUTRO(S) -
RN004172
JOSÉ TITO DO CANTO NETO - RN009602
GUILHERME DE NEGREIROS DIÓGENES REINALDO -
RN015125
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
NORTE

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **WALISON CLEITON AVELINO DE SOUZA** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Na origem, constata-se a prisão preventiva do recorrente pela suposta prática de organização criminosa.

O *habeas corpus* impetrado perante o Tribunal de origem foi denegado.

No presente recurso, o recorrente sustenta, em síntese, constrangimento ilegal diante da ausência dos requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

Decido.

A natureza do presente recurso em *habeas corpus* impõe à parte o dever de instruir devidamente os autos, isto é, a prova deve ser pré-constituída e incontroversa, cabendo ao recorrente apresentar documentos suficientes à análise de eventual ilegalidade flagrante no ato atacado.

Na espécie, o processo não foi instruído com cópia do decreto preventivo.

Nesse sentido, confirmam-se:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DA DECISÃO QUE DECRETOU A SEGREGAÇÃO CAUTELAR. PRETENSÃO DE ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA.

I - Impede o conhecimento do recurso em *habeas corpus* a insuficiência na sua instrução, notadamente como na hipótese, onde não foi juntada pelo recorrente a cópia da r. decisão que decretou a sua prisão preventiva (precedente).

[...]

Recurso ordinário parcialmente conhecido e, nesta extensão, provido."

(RHC 60.757/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 03/09/2015, DJe 24/09/2015.)

"AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA EM PRONÚNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. PRETENSÃO DE SIMPLES REFORMA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

[...]

2. Cabe ao impetrante o escoreito aparelhamento do habeas corpus, bem como do recurso ordinário dele originado, indicando, por meio de prova pré-constituída, o constrangimento ilegal alegado.

3. É inviável divisar, de forma meridiana, a alegação de constrangimento, diante da instrução deficiente dos autos, no qual se deixou de coligar cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, documento imprescindível à plena compreensão dos fatos aduzidos no presente recurso.

4. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no RHC 48.939/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 14/04/2015, DJe 23/04/2015.)

Ante o exposto, nos termos dos arts. 34, XX, c/c 246 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **nego seguimento** a este recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Com o trânsito em julgado, baixem-se os autos à origem.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator